

CORREIO POLÍTICO

POR
RUDOLFO LAGO



Camarão e Brandão: longe dos abraços de outrora

A esquerda briga pesado no Maranhão

Quem se espanta com a forma como Celina Leão (PP) faz no Distrito Federal um governo de oposição a Ibaneis Rocha (MDB), de quem era vice, deveria acompanhar o que acontece no Maranhão. Da mesma forma, quem se questiona porque no DF o PT e o PSB insistem em disputar separados, com duas candidaturas, o governo. O Maranhão assiste neste momento à mais renhida briga fraticida da política brasileira, envolvendo o governador Carlos Brandão, e o seu vice, Felipe Camarão (PT). Nesta quarta-feira (6), reuniu-se na Assembleia Legislativa do Maranhão uma CPI destinada a investigar o vice-governador. Proposta e articulada pelo governador! A CPI apura indícios de desvios e irregularidades de Camarão.

Brandão rompeu com Dino

Para além, porém, do que possa existir de concreto contra o vice, está a disputa política no estado. Em 2022, Carlos Brandão elegeu-se governador pelo PSB numa articulação costurada pelo hoje ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), tendo Camarão como vice. O acerto era que agora a posição se inverteria, e Brandão apoiaria Camarão para o governo, deixando o cargo para disputar o Senado. Nada disso, porém, aconteceu.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Flavio Dino é quem costurou o acordo no Maranhão

“Olê, olê, Orleans”

Brandão rompeu com Dino. Deixou o PSB e está sem partido. Não deixou o governo para que Camarão assumisse e disputasse a reeleição. Lançou seu sobrinho, Orleans Brandão (MDB), como candidato ao governo. O curioso dessa história toda é que Orleans Brandão foi oficializado pré-candidato pelo MDB em março com seus apoiadores cantando uma versão do famoso jingle eleitoral de Lula. O “olê, olá” de Lula foi substituído por “Olê, olê, Orleans”. Até o início da semana, Lula ainda tentava demover os ímpetos de Carlos Brandão.

Camarão sairá pelo PT

Não conseguiu. Até porque o clima com Felipe Camarão foi ficando mais e mais pesado. Nas redes sociais, Camarão chama o governador de “coronel” e “mentiroso”. E o acusa de tentar um “golpe” com a instalação da CPI contra ele. Assim, o PT fechou que Felipe Camarão será o seu candidato a governador do Maranhão. O vice-governador oficializou a pré-candidatura em um vídeo.

Braide

O problema: o desempenho de Felipe Camarão. Na pesquisa Quaest divulgada em março, ele apareceu somente com 7% das intenções de voto. Orleans teve 24%. No levantamento da Quaest, quem lidera é o ex-prefeito de São Luís e candidato ao governo pelo PSD, Eduardo Braide, com 35%.

Orleans

Diante do quadro, o conselho de Lula é que a turma maranhense evite brigas. Eduardo Braide adota uma postura independente com relação ao governo Lula. É improvável que apoie o candidato do seu partido à Presidência, Ronaldo Caiado. Já Orleans Brandão claramente quer obter o apoio de Lula.

CPI

Camarão afirma que não há nada de concreto que justifique a CPI contra ele, baseada numa investigação aberta pelo Ministério Público do Maranhão. Ele reputa tudo a uma ação política de Carlos Brandão. O problema para o candidato do PT é a investigação, caso de fato comece, desgastá-lo politicamente.

Vice

Como Brandão não deixou o governo, Camarão fica impedido de substituí-lo. Caso isso aconteça, ele ficará inelegível. Então, além de tudo, terá que monitorar os passos de Carlos Brandão. Se o governador viajar para o exterior, ele terá de dar um jeito de viajar também para não assumir o cargo. Uma guerra de nervos que pode ser instalada.

Direita

Fala-se nas brigas à direta que atrapalham a candidatura do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Com sua madrastra, Michelle, e dos irmãos com outros nomes conservadores, como Nikolas Ferreira (PL-MG) ou o candidato do Novo à Presidência, Romeu Zema. Um problema que Flávio Bolsonaro tentar contornar.

Fichinha

Tudo isso, porém, parece fichinha quando se assiste ao que acontece no Maranhão entre Carlos Brandão e seu vice, Felipe Camarão. Um problemão, num estado que em 2022 deu mais de 70% dos seus votos para Lula. O presidente tenta segurar os nervos da sua turma maranhense para que nada resvale nele.



Pollon, Zé Trovão e Van Hatten: mandatos suspensos

Invasores do plenário devem ser suspensos

Decisão, porém, ainda precisa ser ratificada pelo plenário

Por Gabriela Gallo

O Conselho de Ética da Câmara dos Deputados suspendeu pelo prazo de 60 dias os mandatos parlamentares dos deputados federais Marcos Pollon (PL-MS), Marcel van Hattem (Novo-RS) e Zé Trovão (PL-SC) por quebra de decoro parlamentar referente à ocupação da Mesa Diretora da Câmara como forma de pressão para aprovação da anistia aos condenados por atos antidemocráticos.

A medida foi definida na final da noite de terça-feira (5), após nove horas de sessão no Conselho de Ética. Os parlamentares ainda podem recorrer da decisão na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa.

Após isso, caso a comissão decida por prosseguir com o caso, os pedidos de suspensão seguirão para votação no plenário da Casa, onde precisará de maioria absoluta (257 votos) para aprovar a suspensão dos mandatos.

O conselho aprovou a suspensão de Marcos Pollon por 13 votos favoráveis e quatro contrários, o mesmo placar de Marcel Van Hattem. Já Zé Trovão teve 15 votos pela suspensão e quatro contrários.

Os deputados investigados alegam ser vítimas de perseguição política.

Considerando que o recurso dos parlamentares seja vetado na CCJ e as representações sigam

para votação no plenário da Casa, ainda não se sabe se o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), pautará a suspensão do mandato. Até o fechamento desta reportagem, ele não se manifestou sobre o caso.

Em 4 de agosto do ano passado, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes decretou a prisão domiciliar do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que na época era investigado por arquitetar um plano de golpe de Estado (ele foi condenado em setembro). No dia seguinte, em 5 de agosto, parlamentares aliados ao ex-presidente ocuparam as Mesas Diretoras da Câmara e do Senado Federal.

Os congressistas envolvidos alegaram que a situação foi um protesto para que os presidentes Motta e Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) pautassem três projetos: anistia aos presos envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023 (que posteriormente virou o PL da dosimetria, que foi aprovado no Congresso), o impeachment de Alexandre de Moraes e a Proposta de Emenda a Constituição (PEC) que determina o fim do foro por prerrogativa de função (foro privilegiado).

Os três deputados foram os que mais atuaram para impedir que Hugo Motta ocupasse a cadeira de presidente da Câmara, bloqueando a sua passagem e sentando-se na sua cadeira.